

Economia - Brasil

Governo não trabalha com a expectativa de retomada do crescimento este ano

por Claudia Soárez
de Brasília

A equipe econômica do governo não trabalha com a perspectiva de retomada do crescimento econômico neste ano, admite que o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), que no ano passado teve uma queda de 4,6%, continue sendo negativa em 1991; e considera que os movimentos de recuperação da produção — que hoje se manifestam na indústria — representam apenas uma iniciativa de recomposição de estoques, e não uma trajetória de retomada da produção, auto-sustentada e permanente (ver página 9).

Não interessa ao governo, nessa fase de "descompressão" dos preços, que haja reativação da oferta nem da demanda. "Temos que sair gradual, lenta e ordenadamente desse fundo do poço. Se isso está ocorrendo pela recuperação dos níveis de estoques, é um processo interessante", comentou a este jornal, ontem, o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Andrade Gonçalves. O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, confirmou ao editor Ivanir Bortot,

deste jornal: "Vamos evitar que, pela demanda, haja massa de poder aquisitivo nominal que sancione a alta dos preços" (ver página 3).

No passado, o governo interrompia um processo recessivo através de uma política fiscal fouxa. "Agora, a política fiscal está dada", adiantou Gonçalves, deixando claro que o governo não vai incentivar a recuperação da atividade econômica. Ao contrário, assinalou o secretário executivo, o que a equipe econômica espera é que os governos estaduais e municipais imprimam austeridade fiscal nos primeiros meses de gestação, para que "seus estados não se tornem ingovernáveis em um ou dois anos". Ele acredita, assim, como bastante razoável "supor que os novos governadores exercerão um papel de parceria junto ao governo federal, nos seus processos de ajustamento".

Os cenários e os parâmetros que fundamentarão a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão sendo elaborados. O governo ainda não teria uma definição sobre metas para as contas públicas, definição sobre salá-

rios, trajetória mais segura sobre os rumos da inflação, entre outros indicadores macroeconômicos que balizarão as negociações com o FMI, em torno da continuidade do programa de estabilização. Gonçalves disse que ainda não foi marcada uma data para o reinício das conversações com o FMI, que pode ir uma missão brasileira a Washington, mas que as reuniões com o Fundo só devem ser retomadas em 30 e 45 dias.

Obtido sucesso no controle da inflação, de um lado, e renegociando o estoque da dívida externa, de outro, estariam abertas as portas para o retorno do capital estrangeiro ao País.

Ao mesmo tempo que reinicia os contatos externos para renegociação do estoque da dívida e de um acordo com o FMI — o que só ocorrerá depois que o Senado Federal aprovar os termos do acordo sobre os juros atrasados —, o ministro da Economia começará a tratar, internamente, de um tema bastante delicado: uma ampla reforma do sistema tributário nacional. Ontem este assunto começou a ser discutido, entre outros, durante o jantar

da equipe econômica do governo com parlamentares ligados à questão econômica, no Congresso Nacional. Encontro que foi marcado, primeiro, para estabelecer uma aproximação entre Ministério da Economia e Parlamento e, também, para iniciar um trabalho na direção da recuperação das finanças do Estado.

Viabilizar, financeiramente, o Estado demanda uma reforma tributária de um lado, e, de outro, a redução das transferências de recursos da União para os estados e municípios. "Não podemos continuar com esse nível de transferência e com esse arcabouço em que o Poder Executivo não tem poder de ação sobre as suas receitas", assinalou Gonçalves, adiantando que a "operação desmonte" não deverá tratar apenas de repasse de responsabilidade de gastos da União para os estados e municípios, mas também desatar o nó do excesso de recursos vinculados a determinadas despesas. Nessa área, "temos que ambicionar" uma reforma constitucional, disse ele, alegando que "é inescapável que se faça uma revisão desse processo".